



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
DEPARTAMENTO DAS TECNOLOGIAS  
E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

# Projeto SIGMMP

<b>Investimento PRR</b>	<b>TD C18-i01.08: Justiça Económica e Ambiente de Negócios/PGR</b>
<b>Investimento Total PRR</b>	€3.300.000,00
<b>Projeto PRR - Justiça</b>	92.1
<b>Projeto</b>	Modernização dos SI de suporte à atividade do Conselho Superior do Ministério Público e Procuradoria-Geral da República

Designação: **SIGMMP - Sistema integrado de gestão de Magistrados do Ministério Público**

Investimento PRR: **TD C18-i01.08**

Projeto PRR: **92.1**

Objetivo Temático: **Modernização dos Sistemas Informáticos e Aplicacionais de suporte à atividade do Conselho Superior do Ministério Público e da Procuradoria-Geral da República**

Beneficiário: **PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Data de início: **01/11/2021**

Data Final: **31/12/2025**

Investimento Elegível: **€3.300.000**

Financiamento (PRR): **€3.300.000**



**PRR**  
Plano de Recuperação  
e Resiliência



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**



**Financiado pela  
União Europeia**  
NextGenerationEU



---

## *Estrutura Orgânica do Projeto*

---

Direção do Projeto: **Procuradoria-Geral da República e Conselho Superior do Ministério Público**

PMO: **Susana Reino, Acompanhamento de Projetos**

Gestão do Projeto: **Carlos Pinho, Departamento das Tecnologias e Sistemas de Informação**

Coordenação Técnica do Projeto: **Vítor Abrantes, Divisão de Planeamento, Organização e Informática**

Direção Técnica do Projeto - desenvolvimento: **Cândida Ferreira, Divisão de Planeamento, Organização e Informática**

Direção Técnica do Projeto - infraestruturas e segurança: **José Luís Cristóvão, Divisão de Planeamento, Organização e Informática**

---

## *Vertentes do Projeto*

---

O projeto SIGMMP compreende as seguintes vertentes:

- **Aplicacional:** compreende o desenvolvimento de solução informática destinada a recolher e tratar a informação relevante para habilitar a tomada de decisões e, bem assim, proceder à administração e gestão de carreiras dos Magistrados do Ministério Público, incluindo os necessários fluxos digitais para a tramitação dos procedimentos iminentes à interação destes com a Procuradoria-Geral da República e o Conselho Superior do Ministério Público;



- **Resiliência:** compreende a aquisição e instalação de equipamento informático destinado a incrementar a capacidade e resiliência da infraestrutura informática da Procuradoria-Geral da República, bem como dotar os seus utilizadores de equipamento informático de uso pessoal resiliente e apto a funcionar de forma segura, e
- **Cibersegurança:** compreende a aquisição e desenvolvimento de soluções de cibersegurança bem como a formação em cibersegurança, geral e especializada, para os utilizadores de serviços informáticos afetos à Procuradoria-Geral da República.

---

### *Breve Descrição do Projeto – Vertente Aplicacional*

---

A Procuradoria-Geral da República é o órgão superior do Ministério Público a quem compete, através do seu órgão Conselho Superior do Ministério Público, “nomear, colocar, transferir, promover, exonerar, apreciar o mérito profissional, exercer a ação disciplinar e praticar, em geral, todos os atos de idêntica natureza respeitantes aos magistrados do Ministério Público”.

Neste momento não existe qualquer solução informática integrada de suporte a esta função, nomeadamente de recolha de dados, gestão da informação e de comunicações com os magistrados.

Isto implica que o CSMP não consiga aceder a informação atualizada e de forma simples e célere, as comunicações sejam feitas por ofícios numa aplicação de utilização genérica ou por simples mail, implicando que depois os dados tenham de ser carregados manualmente pelos serviços da PGR.



Por outro lado, existem diversas bases de dados dispersas em funcionalidades simplificadas de consulta e gestão, obrigando a trabalho manual de atualização de dados e de pesquisas.

Por fim, os magistrados não possuem qualquer página pessoal para consultar os seus dados profissionais e interagirem com o Conselho Superior do Ministério Público.

Assim, pretende-se desenvolver uma plataforma integrada para assegurar estas funções por parte dos serviços da PGR, em especial do Conselho Superior do Ministério Público, e para serem utilizadas pelos magistrados, assegurando a generalidade das suas interações neste âmbito.

Pretende-se ainda criar uma área pessoal dos magistrados para consultas, requerimentos e notificações.

A solução terá de assegurar, de forma transparente e com respeito pelos dados pessoais, o acesso à informação relevante para efeitos gestionários, permitindo a aplicação das regras legais e regulamentares implementadas pelos órgãos competentes.

A solução deve ainda permitir a recolha de dados para efeitos estatísticos e a atualização e correção das necessárias bases de dados.